

Posicionamento das ONGs sobre o Forest Carbon Partnership Facility (FCPF) do Banco Mundial

30 de novembro de 2007

Nós, as ONGs abaixo assinadas, aplaudimos os esforços governamentais e de terceiros em nível internacional, nacional e local para combater as mudanças climáticas e proteger florestas naturais nos trópicos e outras partes do globo. Acreditamos que uma abordagem integrada de desenvolvimento sustentável e direitos humanos, políticas de Redução Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) sustentáveis têm o potencial de contribuir para a atenuação das mudanças climáticas, preservação ambiental e gerar benefícios sociais às comunidades.

1. Pré-condições para políticas de REDD sustentáveis

De modo a garantir bons resultados, as políticas de REDD em todos os níveis devem atender aos princípios de respeito aos direitos humanos, inclusive de povos indígenas, boa governança, acesso seguro à terra e recursos naturais, transparência, distribuição igualitária dos benefícios, conservação da biodiversidade, manutenção da integridade de ecossistemas e responsabilidade perante o público e às comunidades afetadas ou que têm na floresta seu meio de sobrevivência. É essencial que políticas de REDD globais, nacionais e locais sejam formuladas com o consentimento prévio, informado e livre dos povos indígenas e populações tradicionais das florestas. Ignorar esses princípios põe em risco o meio ambiente e a vida das populações que dependem das florestas.

2. Problemas na proposta de Forest Carbon Partnership Facility do Banco Mundial

Atenção inadequada à missão do Banco para a redução da pobreza: uma vez que o Grupo Banco Mundial se posiciona como a agência líder na atenuação das mudanças climáticas e o órgão administrativo central da proposta de FCPF, tememos que o Banco deixe em segundo plano sua missão central referente a redução da pobreza, pois adota um foco muito limitado à contabilidade do carbono. Observamos que o Banco continua a enfraquecer seus próprios esforços de atenuação das mudanças climáticas com o financiamento de indústrias consumidoras de combustíveis fósseis e outras que contribuem para o desmatamento.

Cronograma curto e falta de consulta adequada: É alarmante que até a presente data os planos para o FCPF tenham sido desenvolvidos de forma apressada, com pouquíssimas discussões públicas. Faltando poucas semanas para o lançamento do FCPF na 13ª COP da UNFCCC em Bali, os povos das florestas potencialmente afetados em países tropicais e subtropicais sequer foram adequadamente consultados sobre o projeto e objetivos do FCPF. Não está claro quem se beneficia deste cronograma apressado.

Estrutura falha de governança: Os mecanismos de governança propostos restringem o processo decisório aos participantes governamentais e privados. Não permite que a sociedade civil e os povos da floresta afetados influenciem decisões sobre planos, implementação, direitos, estratégias e transações de REDD.

Alto risco de conflito de interesse: Ao assumir responsabilidade de assistir os países na preparação dos planos de implementação, fazer o levantamento de sua adequação e atuar como *Trustee* do FCPF proposto, o Banco se expõe a conflito de interesse potencial. A falta de transparência na seleção e nos termos de referência do painel técnico consultivo termina por diminuir o a responsabilidade do público do mecanismo.

Falha em promover um exame público e agir nas lições do setor florestal e de carbono do Banco: Um Painel de Inspeção recente sobre o trabalho do banco no Camboja e a República Democrática do Congo expuseram falhas no sistema de salvaguardas, diligências e incentivos do Banco, além da contínua promoção de um modelo de desenvolvimento florestal falido baseado em manejo em escala industrial. Ao mesmo tempo, o Banco não permitiu um debate público sobre sua estratégia para florestas (ou tampouco uma avaliação transparente de sua “Forest Alliance” com o WWF) e, até o presente, permitiu uma análise limitada do desempenho de seus fundos de carbono.

Incentivos perversos e risco de financiar atividades insustentáveis: O que muito nos preocupa é o uso contínuo de eufemismos como “práticas e certificação de manejo florestal sustentável” na documentação do FCPF, sem definições ou limites claros, o que pode permitir que madeireiros em escala industrial se beneficiem de pagamentos relativos ao REDD. Não há provas suficientes para afirmar que tais práticas em escala industrial promovam o manejo sustentável dos recursos e, tampouco, reduzam a pobreza.

Salvaguardas e sistema de verificação inadequados: O Estatuto inicial não garante que as políticas de salvaguarda do Banco sejam aplicadas ao FCPF, inclusive às operações de “preparação” que o suporta. O Estatuto proposto não prevê mecanismos para auditoria externa independente quanto aos benefícios e impactos não relacionados à emissão de carbono. Os critérios para determinar quem tem direito e prontidão não apresentam bons aspectos de governança ou exigem conformidade aos padrões socioambientais ou respeito aos direitos dos povos da floresta e outras comunidades afetadas.

Dependência exagerada em mecanismos de mercado: O FCPF reflete viés claro para que os mecanismos de mercado paguem pelo custo de implementação de estratégias de REDD em nível nacional. A ênfase encontra-se em dar preferência à consecução das reduções das emissões em vez de, e acima de tudo, os benefícios sociais vitais, ambientais e de redução de pobreza e da proteção às florestas. Não acreditamos que os mecanismos de mercado provaram ser capazes de promover os direitos humanos e práticas sustentáveis. É inaceitável que o Estatuto inicial do FCPF faça referência apenas aos direitos de compradores e vendedores de créditos de carbono, ignorando os direitos humanos.

3. Mudanças essenciais e próximos passos

Dada a seriedade e extensão dos problemas listados acima, acreditamos que o FCPF não deva ser formalmente lançado na 13ª COP da UNFCCC em Bali. No mínimo, a apresentação sobre a iniciativa deve ser reduzida a uma sessão informativa, como um primeiro passo para um processo global de consulta mais inclusivo.

Para resolver estes problemas, é essencial garantir:

- Consulta imediata e abrangente sobre os planos do FCPF, principalmente com os povos das florestas potenciais afetados (inclusive tradução do FCPF para os idiomas apropriados)
- Análise pública e debate sobre as conclusões da avaliação da Estratégia de Florestas (2002) do Banco e suas implicações para o papel do banco no FCPF
- Uma avaliação externa, completa e pública sobre a Banco Mundial-WWF Forest Alliance, como parte fundamental das consultas do banco sobre o FCPF e seus planos para uma Parceria Global pelas Florestas
- Uma auditoria independente e pública dos fundos de carbono existentes e do apoio financeiro continuado do Banco a indústrias que utilizam combustíveis fósseis
- Mecanismos de governança mais inclusivos, proporcionando oportunidades para que organizações da sociedade civil e povos da floresta potencialmente afetados participem do processo decisório
- Medidas adicionais que previnam conflitos de interesse, incluindo transparência na seleção de membros independentes dos painéis técnicos consultivos
- Proibição de pagamentos por REDD e subsídios relacionados a madeireiros em escala industrial e empresas do agronegócio

- Exclusão de pagamentos por REDD a qualquer país que não coíba ou restrinja ativamente setores que contribuem para o desmatamento ou apresentem risco de fragmentação ou destruição de suas florestas
- Garantias de que todas as atividades de REDD apoiadas pelo Banco, inclusive as de preparação, estejam alinhadas às políticas de salvaguarda do Banco Mundial
- As atividades de REDD que incentivem ou resultem na infração por parte dos Estados de seus deveres e obrigações, segundo o direito internacional ou outros tratados relevantes dos quais sejam signatários, não devem indenizadas
- Garantir que a inclusão de terras florestais nas atividades e indenizações decorrentes dor REDD não diminuam o direito jurídico ou consuetudinário de outros usuários ou proprietários, sem seu consentimento prévio, informado e livre
- Maior inclusão de critérios sociais e de governança na determinação de direitos, preparo e auditoria, inclusive o reconhecimento e proteção de terras e recursos naturais costumeiros efetivos , sistemas de arrendamento da terra e práticas tradicionais de uso do solo
- Auditoria independente da conformidade a padrões ambientais e direitos humanos e levantamento dos efeitos de REDD não relacionados ao carbono, particularmente o impacto sobre a pobreza
- Inclusão de cientistas, inclusive sociais, nos painéis técnicos consultivos e nos comitês de avaliação
- Mais atenção a mecanismos que não sejam de mercado para custear a implementação de atividades de REDD
- Maior prioridade para garantir que os benefícios sobre a pobreza, biodiversidade e qualidade de vida advindos da proteção das florestas sejam superiores aos ganhos de carbono de atividades de REDD (de acordo com a missão do Banco Mundial).

Temos sérias dúvidas sobre a capacidade do FCPF em promover benefícios como políticas de REDD sustentáveis, salvo se sejam tomadas as medidas acima. No momento, alertamos governos doadores que estejam considerando participar do FCPF que se abstenham de qualquer compromisso financeiro. Da mesma forma, os que potencialmente teriam direito a receber recursos devem conclamar seus cidadãos e se unirem para um debate sério sobre as propostas do FCPF.

Esse posicionamento é endossado por:

A SEED, Europe	Aliansi Masyarakat Adat Nusantara (Indigenous Peoples' Alliance of the Archipelago), Indonesia
Almáciga Grupo de Trabajo Intercultural, Spain	Arbeitsgemeinschaft Regenwald und Artenschutz, Germany
Arbeitsgruppe Schweiz Kolumbien, Switzerland	Asamblea Nacional Indígena Plural por la Autonomía - ANIPA, Mexico
Asociacion Indigena Ambiental, Panama	L'Association pour les Droits de l'Homme et l'Univers Carcéral (ADHUC), Republic of Congo
Asian Indigenous Women's Network, Philippines	Bank Information Center, USA
BanglaPraxis, Bangladesh	Biowatch, South Africa
Borneo Resources Institute Malaysia (BRIMAS)	Both ENDS, Netherlands
Bretton Woods Project, United Kingdom	Bruno Manser Fonds, Switzerland
Campagna per la Riforma della Banca Mondiale, Italy	CARE International Indonesia
CENDA, Panama	Centre d'Information et de Documentation Pygmées, RDC / DRC
Centre for Minority Rights Development - Kenya	Centros de Acción para el Desarrollo "CODICE" A.C., Mexico
Centro Skoki, Costa Rica	Coecoceiba – Friends of the Earth Costa Rica
Comisión Pastoral Paz y Ecología, COPAE, Guatemala	Community Alliance for Pulp Paper Advocacy, Indonesia
Corner House, United Kingdom	Down to Earth: the International Campaign for Ecological Justice in Indonesia (UK)

Ecological Society of the Philippines	FERN, Brussels
Forest Friends, Ireland (Cáirde na Coille)	Forest Monitor, United Kingdom
Forest Peoples Programme, United Kingdom	Friends of the Earth Norway
Fundacion para la Promocion del Conocimiento Indigena, Panama	Ghana Trade and Livelihoods Coalition (GTLC), Ghana
Global Welfare Association (GLOWA), Cameroon	Global Witness, United Kingdom
Green Advocates, Liberia	Indigenous Peoples Links, Philippines
Indigenous Peoples' Forum of North East India	The Indigenous World Association, Hawai'i
Indian Confederation of Indigenous and Tribal Peoples (ICITP), India	International Accountability Project, USA
Jaringan Tanah Hak Adat Bangsa Asal Sarawak (TAHABAS), Malaysia	Jeunes Volontaires pour l'Environnement (JVE), Togo
Jubilee Australia	Just Forests, Ireland
Kalahan Educational Foundation, Philippines	Labour, Health and Human Rights Development Centre, Nigeria
LifeMosaic	Movement for the Survival of the Ogoni People (MOSOP), Nigeria
Mouvement des Autochtones du Gabon MINAPYGA	Munlochy Vigil, United Kingdom
Nakoa Ikaika Kalahui, Hawai'i	National Center for Advocacy Studies, Pune, India
Organización Fraternal Negra, Hondureña / Honduras	Organización Indígena Kus-Kurá Sociedad Civil, Costa Rica
Organizacion Juventud Indigena, Argentina	Papua New Guinea Eco-Forestry Forum, Papua New Guinea
Programme d'Integration et de Developpement de Peuple Pygme, RDC / DRC	Pro-comunidades Indigenas, Paraguay
Promotora de Servicios para el Desarrollo S.C., Mexico	Rainforest Foundation – Norway
Rainforest Foundation – United Kingdom	Rescate Ancestral Indígena Salvadoreño RAIS, San Salvador
River Basin Friends, NE India	Reverse Climate Change, Australia
Rural Volunteers Centre, Assam, India	Safe Food Coalition, South Africa
Sámiráddi / Saami Council, Finland	Sarawak Dayak Iban Association, Sarawak, Malaysia
SEND Foundation of West Africa	SiDAN – Social and Economic Rights Action Center, Indonesia
SOLJUSPAX, Philippines	Sustainable Development and Advocacy Center (SODAC), Ghana
Sustainable Energy and Economy Network	TARA-Ping Pu, Taiwan
Taungya, Bangladesh	Tebtebba Foundation (Indigenous Peoples' International Centre for Policy Research and Education), Philippines
Telapak, Indonesia	Timber Watch Coalition, South Africa
WEED World Economy, Ecology & Development, Germany	